

A FORMAÇÃO DO IDEÁRIO E AÇÕES MILITARES COM FOCO NO EXÉRCITO (1864 - 1961)

*Matheus Mendanha Cruz¹
Sandro César Moreira²*

RESUMO: Análise sobre a formação da estrutura do imaginário militar sobre o mundo que o cercava, levando em consideração principalmente os vieses políticos. Demonstrando a participação na sociedade dos quartéis desde a Proclamação da República. Levantando os fatores ideológicos mundiais que regaram todos os movimentos, levantes, golpes e suas tentativas. Colocando em foco todo o processo perpassado pelas Forças Armadas que acabaram por leva-los ao poder no ano de 1964 com o golpe Civil-Militar.

Palavras-Chave: Ideário Militar. Forças Armadas do Brasil. Ações Militares.

THE FORMATION OF MILITARY ACTIONS AND IDEALS FOCUSED IN THE ARMY (1864 – 1961)

ABSTRACT: This study is an analysis on the structure formation of the military imaginary about the world at that moment, considering mainly the political biases. Demonstrating participation in the military service society since the Proclamation of the Republic. Raising global ideological factors that watered all the movements, uprisings, coups and their attempts. Putting into focus all the process that permeate the military process that eventually led them to power in 1964 with the Civil-Military coup.

Keywords: Military Ideology. Brazil's Armed Forces. Military Actions.

¹Acadêmico do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com experiência de trabalho na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e na rede particular da cidade de Ponta Grossa. Brasil. E-mail: matheusmcruz@live.com

²Licenciado em Estudos Sociais. Licenciado e Bacharelado em História. Mestrado em Educação: Ensino Superior. Departamento: Núcleo de Educação a Distância - NEAD. Departamento de História, Mafra, SC, Brasil. E-mail: sandro.ead@unc.br

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1964 os militares assumem o poder no Brasil após um golpe contra a constituição liderado por civis e também por “cidadãos fardados que tem o direito de usar a força civilmente”, definição do General Leônidas em entrevista concedida a um canal de TV por Assinatura no ano de 2014. Após o dia 1º de Abril do relatado ano seguiu-se, por cerca de duas décadas de governo em que o Exército esteve à frente, uma estruturalização estatal mais rígida e concentrada no executivo do que antes.

Por vezes, principalmente entre o senso comum, existe a impressão da participação política militar apenas a partir desse momento histórico, Regime de 64, mas não se consegue vislumbrar a caminhada galgada pelas instituições militares desde a época da monarquia e o seu fortalecimento no meio político a partir da proclamação da República, como defende Maud Chirio (2012, p.7):

Envolveram-se (militares) amiúde na política: de proclamações a manifestos, de revoltas a ultimatoss, de intervenções pontuais a pressões de gabinetes, homens em armas estiveram entre as principais eminências, pardas ou não, da República.

O ideário militar que os levou aos acontecimentos de 1964 é de extrema importância para que se possa compreender tudo o que aconteceu no Brasil durante o período em que os mesmos estiveram a frente do governo e também para que eles pudessem ter apoiado tamanho golpe contra a constituição nacional e, também, para entender a formação política nacional desde a época do império.

Mas, efetivamente, como ocorre essa caminhada dentro da História? O trabalho a seguir buscará responder essa questão através de demonstração de quando nascem os pensamentos que permearam os meios militares, como os mesmo se comportam dentro da sociedade e as ações das Forças Armadas, com foco no Exército, no ambiente em que estava inserido à época.

FORMAÇÃO DO EXÉRCITO

A formação do Exército como instituição dá-se a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870), pois o que havia até então era “um reduzido corpo de oficiais e (que o Império) encontrara muitas dificuldades para ampliar os efetivos militares” (FAUSTO, 2012, p. 119).

Até então a “guerrilha gaúcha dera conta das campanhas militares do Brasil no Prata, mas revelou-se incapaz de enfrentar um exército moderno como o paraguaio” (FAUSTO, 2012, p. 119). As defesas nacionais foram postas em prova com a Questão Cisplatina (1828), guerra no Prata que envolveu a independência do Uruguai e interesses variados dos países envolvidos direta ou indiretamente, e depois só será necessário o agir de um exército nacional na Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo que durante esta guerra o sistema que vinha sendo empregado no Brasil demonstrou-se totalmente fraco, errôneo e falível já que a guerra se prolongou por seis anos e eram três países com apoio da Inglaterra contra o Paraguai, só virando a guerra sob o comando de Duque de Caxias, na época ainda Marquês, e uma profissionalização do exército.

O Exército não era nada prestigiado, uma vez que “a baixa remuneração, as más condições de vida e a lentidão nas promoções tendiam a desencorajar os filhos das grandes famílias a dedicar-se à carreira militar” (FAUSTO, 2012, p. 129). Outro motivo desse desprestígio foi a criação, durante o período regencial e sob a liderança de Feijó, da Guarda Nacional, instituição essa que passou a ser a responsável pela segurança no país, principalmente reprimindo qualquer tipo de levante contra a ordem vigente, e também, através dela, os grandes latifundiários ganharam o título de coronéis, como explica Renato Mocellin (1987, p.114): “Além de desempenhar com êxito sua missão repressiva, sustentando o regime, a Guarda Nacional reforçou o poder dos fazendeiros a nível local. O termo ‘coronel’, referente ao chefe político, originou-se aí”.

O corpo que foi montado para combater as forças do Ditador Solano López foi arregimentado principalmente nas classes mais baixas da sociedade brasileira da época, contando com “o exército regular (pífio à época), os batalhões da Guarda Nacional e gente recrutada em sua maioria segundo os velhos métodos de recrutamento forçado que vinham da Colônia” (FAUSTO, 2012, p.119). Interessante

observar que os grandes latifundiários mandavam invés de seus filhos ou até mesmo para darem o seu próprio apoio à frente da armada nacional enviavam os seus escravos para formarem junto com os outros mais soldados já alistados a força que protegeria o Brasil da ameaça paraguaia, como é possível notar por André Toral (1995, p. 292) “utilizavam-se de doações de recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários para lutarem em seu lugar”.

Existia também:

[...] a compra de escravos para lutarem por seus proprietários, tornou-se prática corrente. Sociedades patrióticas, conventos e o governo encarregavam-se, além disso, da compra de escravos para lutarem na guerra. O império prometia alforria para todos que se apresentassem para guerra (TORAL, 1995, p.292).

O exército nacional foi moldado dentro da própria guerra e ganhou forma principalmente depois que Caxias assumiu uma vez que o mesmo “concentrou-se na tarefa de dotar o exército de uma infra-estrutura adequada” (FAUSTO, 2012, p.120) a partir daí levando o corpo a uma ofensiva, do contrário fatalmente o mais bem preparado e equipado exército paraguaio teria vencido a guerra contra os desmilitarizados, pode-se dizer, contingente da Tríplice Aliança

Com essa formação social mista o exército se torna uma instituição abolicionista e republicana, com abrangência da maior parte do seu contingente, e que luta por este ideal.

Para Teixeira (1993, pp 193-194) o exército após a guerra do Paraguai:

[...] voltara de lá vitorioso e prestigiado. Para muitos oficiais, era a hora de o Exército fazer valer o crédito político do seu patriotismo, exigindo da Monarquia melhor tratamento, mas autonomia e o direito de recusar tarefas odiosas [...] o Exército, ao contrário da Marinha com suas tradições luso-britânicas, era uma instituição nova, de fortes raízes populares, à procura do seu lugar no jogo social e político. Se no Império suas chances pareciam pequenas, o melhor, na visão de muitos oficiais e cadetes, era abrir para a República. (TEIXEIRA, 1993, p. 193-194)

REPÚBLICA

A importância militar pode ser medida no golpe dado em 15 de Novembro de 1889, com a Proclamação da República. Os políticos da época os tinham em tanta estima que foi um fardado, Marechal Deodoro da Fonseca, que proclamou a República, dando fim ao período da história nacional em que se viveu sob um regime monárquico. A atividade do exército foi fundamental para a instalação do novo regime, como Renato Mocellin (1987, p. 150-151), analisando a questão, sublinha:

[...] no clube militar, ficou decidido que Benjamin Constant convidaria Deodoro, para que este derrubasse o Gabinete do Visconde de Ouro Preto [...] na madrugada de 15 de novembro, Deodoro e Constant conduziram as tropas para o Campo do Santana, onde, numa sala do quartel-general, estava reunido o Ministério. Vendo-se sem defesa, Outro Preto enviou um telegrama ao Imperador onde [...] pedia demissão.

Com a queda do gabinete Pedro II ainda tentou manobrar, entretanto em vão, pois já estava consumado o novo regime. O primeiro presidente da República foi o mesmo Deodoro que a proclamou, entretanto não ficando durante muito tempo no cargo, reconhecendo em si a vocação militar e não política, deixando como presidente o seu vice Marechal Floriano Peixoto.

A influência militar durante os primeiros anos da república é inegável, uma vez que através dos cadetes oriundos da Escola da Praia Vermelha e do positivismo advindo de Constant construiu-se o esqueleto daquilo que seria o ideal do novo regime político nacional. Dentro da corporação havia uma dicotomia clara manifestada principalmente por Deodoro da Fonseca, este era tido como líder dos militares mais antigos e veteranos da Guerra do Paraguai e que não haviam passado pela Escola da Praia Vermelha, e Floriano Peixoto, que era tido como líder dos mais novos militares e que tiveram contato com o positivismo em sua formação.

É importante ressaltar um dos aspectos da formação republicana, uma vez que foram militares que a organizaram a princípio, a centralização do poder. Segundo Boris Fausto (2012, p.140): “Para eles (exército), a República deveria ser dotada de um Poder Executivo forte ou passar por uma fase mais ou menos prolongada de ditadura” e foi exatamente o que foi empregado no Brasil.

Durante o governo florianista houve algumas revoltas e todas elas contidas na base da força e da violência, como é de característica militar. Revoltas como a Revolução Federalista causaram banhos de sangue na região sul do Brasil, sendo deste governo o nome da Capital de Santa Catarina em homenagem ao Presidente da República que permanece até a atualidade: Florianópolis, devido a vitória das tropas governamentais sobre as revoltosas.

O poderio militar e sua maneira de governar serviram aos civis que viriam ter o poder em suas mãos, uma vez que foi a partir dos primeiros militares que a República pode ser estruturada com sucesso, como explica José Drummond (1999, p. 13): “derivado (Tenentes) dos militares republicanos radicais da década de 1890-1900, os ‘florianistas’, que atribuíam ao Exército a própria implantação da República”, para que os segundos assumissem e dessem continuidade ao processo começado pelo exército. É importante destacar que a participação se deu com maior efetividade das forças terrestres durante esse período porque a Marinha era a favor da monarquia.

TENENTISMO

A explicação para os movimentos que envolveram os militares, principalmente durante a década de 1920 estão no já referido positivismo e na Escola Militar da Praia Vermelha, principalmente quando Benjamin Constant ingressa no quadro de professores da instituição, que acabou fechada em 1904 pelo governo para que fosse transferida para Realengo, buscando deste modo despolitizar os oficiais que dali eram egressos.

Mocellin (1987, p. 208) conceitua o movimento da seguinte maneira: “o tenentismo foi a rebelião da juventude militar contra a realidade política da República Velha, marcada pelos desmandos, corrupção e fraudes eleitorais” e Boris Fausto (2012, p.173) comenta: “O tenentismo foi sobretudo um movimento do Exército”.

A Escola Militar da Praia Vermelha que era “pensada na origem como instituição de ensino militar, converteu-se na prática em um centro de estudos de matemática, filosofia e letras” (FAUSTO, 2012, p.130) propagando assim o positivismo e levando os que dali saíam a serem não somente militares, mas

militares conscientes dos seus deveres civis também e que deveriam ter uma vida pública ativa, a ideia de Soldado-Cidadão.

O doutrinamento era tão forte dentro da instituição que mesmo com a transferência do núcleo de formação para Realengo continuou e até mesmo alastrou-se a ideia no seio militar de envolver-se na sociedade ativamente e politicamente, algo que não era bem visto pelos superiores, uma vez que causava revoltas, levantes e movimentos que não levavam em consideração um dos pilares do militarismo, ou seja, a hierarquia.

Drummond (1999, p.17), explicita muito bem como a tática do governo de mudar o vértice ideário para mais adentro da capital não garantiu que morressem os pensamentos já estabelecidos nos nove anos de Escola Militar da Praia Vermelha, “um dos fatores mais citados como antecedente do tenentismo é o ambiente especial da Escola Militar do Realengo, onde se formaram quase todos os oficiais rebeldes” e também vai mais a fundo explicando o modo empregado para despolitização dos cadetes que dali saiam “quase isolada na zona rural do então Distrito Federal o currículo dessa escola foi deliberadamente profissional e apolítico” e como esta não deu certo, uma vez que, ainda segundo Drummond:

O currículo apolítico [...] acabou produzindo a mais politizada geração de oficiais que o Exército já teve: eles colocaram, durante muitos anos suas concepções políticas acima de seus superiores, a uma custo altíssimo para sua vida profissional pessoal e para a instituição que tanto prezavam.

A intenção ao se transferir a escola era encerrar com o ideário de soldado-cidadão e colocar em prática o conceito de soldado-profissional, tendo este por estigmas de total respeito à hierarquia e não participação política, uma vez que esta última sempre foi “acusada de desagregar a instituição, ser nociva à disciplina e corromper a alma pura do oficial” (CHIRIO, 2012, p. 7), sendo conveniente apenas a classe do generalato tratar sobre esses assuntos.

Maud Chirio (2012, p.8-9) também explica que a intenção era a diluição do indivíduo no grupo, fazendo com que o mesmo abandonasse suas características pessoais e de “soldado-cidadão, predominante no momento da Proclamação da República, mas que representava um risco a instituição, (desaparecesse) em prol do ‘soldado-profissional’, depois do ‘soldado-corporação’”.

A situação militar durante a década de 1920 não era de uma ideologia clara, sabia-se muito claramente o que se não queria, entretanto a visão quanto ao modo de alcançar uma sociedade melhor, segundo a ideia dos mesmos, era bastante turva, mas mesmo em meio a névoa embaraçosa conseguia-se enxergar a silhueta que no Golpe de 1964 foi bem mais clara, como explica Boris Fausto (2012, p.175) “pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir um política vagamente nacionalista”.

A primeira ação do Movimento Tenentista é a Tomada do Forte de Copacabana, como defende Drummond (1999, p.19):

O movimento Tenentista nasceu em 5 de julho de 1922 com um golpe frustrado [...] O episódio do levante do Forte de Copacabana rendeu logo dois mártires e dois heróis: os tenentes Mário Carpenter e Newton Prado morreram e Antônio da Siqueira Campos e Eduardo Gomes foram feridos gravemente.

O evento também deu a denominação ao movimento que apoiará mais tarde a tomada de poder por Vargas, já que o levante se deu e após a repressão apenas, praticamente, tenentes permaneceram fieis as ideias da tomada e permaneceram firmes, finalizando assim o acontecimento, como já relatado acima, de dois mártires, elevando deste modo o ideário tenentista.

A tomada do forte se deu contra a sujeira política e para denunciar as falcatruas comumente empregadas nas eleições presidenciais, sendo o ápice da revolta com a prisão do ex-presidente e militar Marechal Hermes da Fonseca, como explica Francisco Teixeira (1993, p. 244):

O levante pretendia denunciar a vitória de Arthur Bernardes, candidato oficial a Presidência da República – vitória contestadíssima pela Reação Republicana (grupo de oposição dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul) e reagir ao fechamento do Clube Militar e à prisão de seu presidente, o Marechal Hermes da Fonseca.

No ano de 1924 houve revoltas por vários estados do país contra a formação e dominação oligárquica e contra a política republicana completamente fútil em relação a uma transparência maior e também as referidas causas militares. Podendo-se listar como uma das mais importantes a de 5 de Julho de 1924 em São

Paulo, trazendo destaque para data que visava homenagear o levante do Forte de Copacabana que ocorrera exatamente a dois anos atrás.

O movimento em São Paulo foi liderado pelo General Reformado Isidoro Dias Lopes

Entre os oficiais mais atuantes encontravam-se os irmãos Távora (Juarez e Joaquim), Eduardo Gomes, Estillac Leal, João Cabanas, Miguel Costa. A presença de Miguel Costa [...] trazia para os rebeldes o apoio de uma parte da milícia estadual. (FAUSTO, 2012, p.172)

A tomada da cidade resistiu até o dia 27 do mesmo mês, uma vez que com o forte bombardeio aéreo, já que o governo temia que as forças legalistas se unissem as rebeldes, se a ofensiva fosse através da infantaria, o que tornou inviável a permanência na luta. Com a derrota e a certeza de que não seriam anistiados os militares revoltosos saíram em marcha para o estado do Paraná perto da fronteira com o Paraguai e a Argentina aonde lutaram contra as forças estatais. Essa marcha foi denominada Coluna Paulista.

Com a chegada na região fronteira foram enviados soldados para que acelerassem os levantes no Rio Grande do Sul, notabilizando a real ideia dos integrantes, conseguindo apoio civil e militar para uma retomada das ações efetivas, enquanto esse apoio não vinha sofriam o cerco das tropas legalistas.

No Rio Grande do Sul o levante se deu em outubro do mesmo ano e contou com a força política do Partido Republicano Rio-Grandense que era oposição ao governo. O grande expoente como líder dessa revolta foi o jovem capitão Luís Carlos Prestes. Finalmente após alguns embates com as forças legalistas os gaúchos saíram em marcha para juntar-se a Coluna Paulista no território paranaense, segundo Fausto (2012, p.173):

[...] decidiram percorrer o Brasil para propagar a ideia de revolução o levantar a população contra as oligarquias. Tinham também a esperança de chamar para si a atenção do governo, facilitando o surgimento de novas revoltas nos centros urbanos.

Após essa decisão o contingente foi dividido, uma vez que nem todos concordaram com a marcha pelo Brasil tentando conscientizar as populações rurais e causar outros levantes militares, deste modo destituindo o poder corrompido que

estava instalado no Estado à época. Os que não concordaram com a posição de continuidade da Coluna, maioria da oficialidade rebelde, foram exilados nos países vizinhos, uma vez que não podiam voltar aos seus postos militares e nem mesmo a sociedade brasileira sem que fossem cassados pelos agentes governamentais.

Sob a liderança de Prestes os militares que permaneceram firmes aos ideais das Colunas antigas saíram em marcha pelo Brasil, entretanto os seus objetivos de sublevar outros quartéis e conscientizar a população não surtiu o efeito esperado, não conseguindo em quase todo o território fazer grandes levantes, entretanto, com as sublevações conquistadas, logo foram completamente reprimidos, na Bahia, como explica Drummond (1999, p.59): “desapareceram definitivamente as tênues esperanças de somar adesões militares ou civis e marchar sobre a capital federal”.

A Coluna Prestes foi um marco político de resistência, uma vez que a “extensão de sua marcha é calculada em 25 mil quilômetros, nas estimativas mais equilibradas [...] se marcarmos a origem da Coluna Prestes no noroeste do Rio Grande do Sul, ela durou 27 meses” (DRUMMOND, 1999, p. 45-46), sem nem mesmo ser pega e enfrentando poucos embates contra as forças do governo.

O militarismo estratégico foi a chave para o sucesso de tamanha marcha, já que estavam em poucos e seriam fatalmente massacrados em embates contra as forças legalistas, entretanto estes foram raros, uma vez que o tamanho da coluna tornou-se aliado à rápida movimentação e com táticas de flancos tornava-se complicado o cerco afim de exterminar de uma vez os revoltosos de Prestes.

Por tamanha disciplina militar não eram aceitos muitas pessoas e muito menos civis, havia um limite para que a Coluna pudesse se manter hábil, sem contar com a questão de alimentação e vestimentas, sendo estes últimos também um problema para os revoltosos, uma vez que não ocorreu o esperado, ou seja, o amplo apoio da população a causa deles a ponto de subsidiá-los, ficando como única saída para os rebeldes pegar das forças legalistas suprimentos que durante os combates eram deixados para trás e também recorrer a população através de requisições formais com promessas de pagamentos, estes viriam após a vitória da revolução, o que nunca aconteceu (DRUMMOND, 1999, p. 65).

Como os homens de Prestes procuravam poupar-se dos combates sobrou apenas a opção de serem sustentados pela comunidade civil, infelizmente estes últimos nunca tendo o esforço recompensados e, como se não bastasse a

propaganda negativa e de comparação ao cangaço gerando medo na população, havia também a antipatia gerada por essa *exploração* inconsequente.

A questão da repressão também é interessante uma vez que, como destaca Drummond (1999, p.79) “há, portanto, muitas indicações de que os rebeldes e as forças legalistas não estavam dispostos a se enfrentarem no campo de batalha [...] os tenentes não estavam dispostos a vencer a custo do esfacelamento da instituição-*máter*”, demonstrando assim também o pensamento dos revoltosos de que estavam representando o próprio exército. Grupos paramilitares foram organizados para acabar com a Coluna, entretanto “o que se conseguiu no máximo foi fazê-la mudar de direção, coisa aliás, nem sempre desejada pelos legalistas” (id, ibid, p. 79), a única ação repressiva que chegou perto de derrotar os militares cansados de Prestes foram os jagunços da Bahia.

A marcha terminou por cerca de maio de 1925 e “no fim da campanha, a qualidade e o estado de conservação das armas dos rebeldes eram as piores possíveis; muitos deles já estavam desarmados” (DRUMMOND, 1999, p. 81). Ao findar todo o percurso de grandiosidade militar e com pouco efeito político os rebeldes se conduziram ao exílio para que pudessem seguir com suas vidas. Os objetivos foram quase que em sua totalidade fracassados, uma vez que a propaganda serviu apenas para algumas revoltas e protestos militares, não causando o estardalhaço esperado por Prestes, sendo a Coluna a primeira de algumas de suas ilusões quanto aos movimentos revolucionários no Brasil.

REVOLUÇÃO DE 1930

O Brasil durante a década de 1920 vivia a efervescência que crescia desde a década passada dos movimentos sociais. Dentro do movimento operário até o ano de 1922 sobressaía as ideias anarquistas vindas principalmente da Itália, doutrina esta totalmente avessa a hierarquia, a comandos e a favor de uma igualdade simples e da liberdade de escolha. Com a vitória da Revolução Russa no ano de 1917 e a difusão do comunismo marxista-leninista no mundo, e por conseguinte no Brasil, o país conhece o Partido Comunista do Brasil (PCB), e no ano de 1922 passa a frente do movimento operário nacional obedecendo a ordens diretas de Moscou. As ideologias partilhadas entre essas duas correntes, Anarquista e

Comunistas, são bastante semelhantes, tendo a sua principal diferença no meio e não em seu fim. Esses modelos não eram vistos com bons olhos por muitos militares, uma vez que descentralizava o poder e também subvertia a hierarquia, um dos pilares do militarismo.

Além dos já narrados movimentos no parágrafo acima também havia boa parte da oligarquia nacional descontente com o comando do eixo do Café-com-Leite, ou seja, São Paulo e Minas Gerais, principalmente o estado do Rio Grande do Sul que já havia demonstrado força elegendo com o apoio dos militares o marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, e, como defende Boris Fausto (2012, p154) “a estrela do Rio Grande do Sul [...] passou a brilhar como estrela da terceira grandeza na constelação do café-com-leite”. A aliança histórica entre os militares e os gaúchos, sendo esta totalmente explicada já que era a milícia rio-grandense que defendia o país nos tempos do Império e também são os mesmo militares que suprimiram as revolução Farroupilha e Federalista, acaba por dar forças para que em 1930 Getúlio Vargas tome o poder.

Com a quebra do acordo da política do café-com-leite os mineiros apoiaram a candidatura da terceira potência política, o Rio Grande do Sul, na pessoa de Getúlio Dornelles Vargas, entretanto a frente foi derrotada pela candidatura de Júlio Prestes, paulista.

A Ação Liberal, grupo que apoiou a candidatura de oposição, tinha como propostas:

A necessidade de incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira, e por isso mesmo, não discordava neste ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política para assegurar a chamada verdade eleitoral. (FAUSTO, 2012, p. 178)

Todos os que estavam insatisfeitos com algum aspecto do governo tinha um espaço na força oposicionista, buscando a mudança daquilo que lhe afetava, não ficando de fora o quadro militar. Como já dito anteriormente as propostas traziam para o seio dos oposicionistas a força do movimento tenentista que, mesmo vencido, estava vivo no ideário militar, o único que não aceitou a princípio a união com o

grupo de Vargas foi o próprio Prestes, pois se declarava comunista e não aceitava uma aliança com a burguesia.

Com o assassinato de João Pessoa, candidato a vice de Getúlio, e também a crise mundial de 1929 que afetou grandemente a economia agroexportadora, café, que predominava no Brasil e dava legitimidade ao poder as condições se deram perfeitas para a tomada do poder, já que pela democracia não foi possível desbancar a oligarquia cafeeira, como explica Boris Fausto (2012, p.180): “os oposicionistas recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária”.

A tomada de poder contou com ampla aceitação militar, tanto dos *tenentes* como de oficiais que haviam combatido a Coluna Prestes, como o próprio Góis Monteiro que lutou contra o movimento Tenentista, mas teve papel fundamental no governo Vargasista. Tanta é a importância dos militares no evento que Teixeira (1993, p. 253), destaca que: “Getúlio Vargas inicia em Porto Alegre a rebelião político-militar. Comandada por líderes aliancistas e chefes tenentistas, a revolta estava articulada entre o sul e o nordeste”.

É a cúpula militar que desfere o golpe final ao presidente eleito constitucionalmente, como narra Boris Fausto (2012, p. 180): “Integrantes da cúpula militar, em nome do Exército e da Marinha, depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro, constituindo uma Junta Provisória de governo”, demonstrando com isso que tudo o que viria a acontecer em 1964 já havia tido uma prévia, entretanto em 1930 o poder concentra-se nas mãos dos civis, devido, principalmente, ao contexto da época.

Um dos aspectos importantes a ser destacado é o apoio militar ao novo governo também pela sua proposta centralizadora, já que era algo que desde a Proclamação da República os soldados-cidadãos defendiam e, como foi notável a liderança de Vargas, sempre “tratou (o novo governo) de centralizar em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras quanto as de natureza política” (id, ibid, p.182).

GOVERNO VARGUISTA

A formação da nova ordem nacional sofreu alguns embates, já que “as oligarquias dos Estados vitoriosos em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes. Os *tenentes* se opunham a essa perspectiva e apoiavam Getúlio em seu propósito de reforçar o poder central.” (id, *ibid*, p.186). A esse apoio dos revoltosos militares da década de 1920 sobressaía sempre o perigo da subversão hierárquica, este fator sempre circundou a mente dos oficiais superiores, sendo o motivo principal para que a política fosse ao máximo evitado dentro dos quartéis, participando dela apenas os Marechais e Generais, até porque é paradoxal um oficial de patente baixa ter um cargo político, deste modo o seu superior dentro da hierarquia militar lhe dever respeito.

Outro fator importante do início do governo Vargas que pode ter suas consequências pesadas mais a frente com os pretextos do golpe de 1964 é o movimento Integralista, que defendia a moral, a família e a própria igreja frente à sociedade, este movimento arrebatou alguns militares, e a associação do regime com a Igreja, sendo este último notório pela construção da estátua do Cristo Redentor e também “facultava (a constituição) o ensino religioso e a assistência religiosa às Forças Armadas” (TEIXEIRA, 1993, p. 271).

Os *tenentes* tiveram participação intensa nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, uma vez que foram postos como interventores nos estados, com poderes amplos, entretanto com a sua maneira de governar as velhas oligarquias não deram espaço para que o trabalho pudesse ser feito. Um dos principais interventores foi Juarez Távora, um dos líderes da Coluna Paulista, e por ter tantos poderes passou a ser apelidado por seus opositores de vice-rei do Norte.

A utilização dos militares, mais especificamente os que faziam parte do movimento tenentista, foi uma manobra política do governante para que pudesse ganhar maior independência quanto às oligarquias regionais que comandavam a República Velha, ainda mais que a ideia de salvacionismo ainda era viva no ideário militar, como sempre esteve. Boris Fausto (2012, p.189), explica claramente que: “Getúlio tratou de utilizar os quadros dos tenentistas como instrumento da luta contra o predomínio das oligarquias estaduais em duas regiões muito diferentes: Nordeste e São Paulo”.

O fim do movimento tenentista se dá em 1933, pois segundo Fausto (2012, p.192):

Não conseguira transformar o Estado no seu partido, fracassara ou fora cortado nas tentativas de obter uma base social, perdera forças no interior do Exército, onde ameaçavam a hierarquia. Entre 1932 e 1933, vários interventores tenentistas do Nordeste se demitiram. O Clube 3 de Outubro – principal centro de organização dos ‘tenentes’ – tendeu a transformar-se em um ‘órgão doutrinário, livre de demagogia, como disse com satisfação o general Góis Monteiro. Uma parte dos ‘tenentes’ subordinou-se ao governo Vargas, enquanto outros foram engrossar os partidos de direita e esquerda.

Antes do fim definitivo do Tenentismo, como movimento, Getúlio colheu um grave problema que teve seu pivô no intervencionismo do governo nos estados através dos interventores. A oligarquia paulista era a mais forte do país e Vargas, quando toma assume o comando da nação, tira-os do poder e tenta manter-se sem o apoio da mesma, entretanto em 1932 estoura uma revolta em São Paulo cobrando uma constituição, uma vez que a de 1891 não estava vigorando na prática, e eleições, tendo sob todos os requerimentos uma diminuição do poder centralizado e uma volta a maior participação oligárquica.

O movimento em São Paulo foi vencido, já que a revolta não conseguiu grande adesão de outros estados e era totalmente inferior em poderio militar, entretanto a “liderança do movimento armado (contou) com o General Isidoro Dias Lopes, apoiado pelo General Bertoldo Kingler, que veio do Mato Grosso com um pequeno contingente” (MOCELLIN, 1987, p.222), demonstrando desse modo que o exército estava totalmente politizado e não era unanimidade o apoio ao governo. Com a derrota do movimento seus líderes foram exilados.

Dentro ainda da Era Vargas outro movimento que teve apoio militar e marcou a história nacional foi a Intentona Comunista no ano de 1935. O levante foi organizado pelo ex-líder do movimento Tenentista Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, como era conhecido, que desta feita já estava completamente alinhado ao Partido Comunista de Moscou, seguindo ordens expressas de lá. A tentativa de revolução contava com o apoio do exército, entretanto foi completamente falha e levou o seu líder a grande descrédito. Um dos únicos quartéis que se sublevaram foi o da Praia Vermelha, “deflagrado pelo capitão Agildo

Barata na madrugada de 27 de novembro, durou menos de um dia” (TEIXEIRA, 1993, p.273).

O fracasso histórico se deu devido aos revoltosos não contarem com o apoio da população, que claramente não estava pronta para o evento, e também pela precipitação de alguns líderes do movimento (SPINDEL, 1980).

Uma das mais importantes marcas desse movimento para a sociedade e a política da época não foi o que seus idealizadores sonharam, pois com o completo fracasso organizacional o que restou foi a propaganda insuflada pelo levante contra o perigo comunista, que até então não tinha se mostrado com a sua força. A partir de 1935 a população ganhou algo de concreto para odiar o comunismo e lutar contra, restando ao Estado apenas a responsabilidade de dar um pequeno impulso, quando era do seu interesse, para a revolta da nação contra qualquer organização ou movimento que fosse taxado como marxista.

Mesmo com o fim do movimento Tenentista é possível enxergar que os militares continuaram endossando o poder varguista, casos como o do general Góis Monteiro e do próprio Eurico Gaspar Dutra demonstram o quanto o exército estava a par e apoiava a política adotada por Vargas durante grande período de tempo, sendo uma das bases na qual o governo se apoiava como ficou sublinhado por Fausto (2012, p.196): “Assim se consolidou um grupo leal a Getúlio Vargas, onde se destacaram duas figuras: Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Góis era um formulador da política do exército e Dutra o principal executor”.

“O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, caracterizou a história dos anos 1930-1945” (id, ibid, p.196), Isto ficou muito bem claro devido a influência dos militares dentro dos quadros do governo. Enfim em 1937 o Brasil se vê preso dentro de uma ditadura, esta liderada por Getúlio Vargas, mas apoiada pelos próprios militares, como frisa Teixeira (1993, p.276) falando sobre o documento do Plano Cohen: “[...] sobre uma iminente conspiração comunista, que Getúlio, aconselhado pelos generais Dutra e Góis Monteiro, não vacilou em usar como pretexto final para o golpe de novembro (Golpe do Estado Novo)”.

O referido plano nada mais foi do que um documento falso que deveria sair numa revista integralista com vistas a ensinar os métodos comunistas para que os liderados de Plínio Salgado pudessem defender-se, entretanto o então capitão

Olímpio Mourão Filho “foi surpreendido ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano para a insurreição comunista” (FAUSTO, 2012, p.199), o que levou ao golpe que deu origem à ditadura do Estado Novo.

É importante destacar que as atividades comunistas estavam praticamente esfaceladas e em descrédito desde a vergonha que foi a *Intentona* em 1935. Também se deve levar em consideração que estavam perto de eleições e isso sim levou ao golpe, o ilusionismo do plano Cohen foi apenas para a justificação do que já estava a ser feito.

O apoio militar não se deu apenas nas pessoas de Dutra e Góis Monteiro, mas também por oficiais de todo o Brasil. Fausto (2012, p.200), destaca muito bem quando explicita:

O comandante da Terceira Região Militar decretou a federalização da Brigada Militar rio-grandense. [...] Armando Sales lançou um manifesto aos chefes militares, apelando para que impedissem a execução do golpe. O gesto só serviu para apressá-lo.

No dia 10 de novembro os congressistas foram impossibilitados de entrar no Congresso pela polícia militar, uma vez que o General Dutra não queria o envolvimento direto do exército no evento, começando neste dia a ditadura do Estado Novo.

A influência militar foi ampla dentro do Estado durante esse período e se deu dentro de órgãos estatais, principalmente o Conselho de Segurança Nacional (CSN), que acaba por dar orientações cruciais sobre questões econômicas do país, e a Escola de Estado-Maior, sem contar que as Forças Armadas foram as grandes responsáveis pela industrialização na área do aço.

Embora muito ativos na política nacional os militares não tinham objetivo e muito menos condições de tomar o poder à época, o que veio ocorrer em 1964, já que a coesão das Forças Armadas se dava apenas em torno da modernização pela via autoritária (id, ibid). Sem força, mas que viriam a ter anos mais tarde, os militares se tornaram simplesmente peões para manobras do governo varguista, como na ocasião da decisão de não pagamento da dívida externa, no qual Vargas criou uma dicotomia entre a dívida e o reequipamento das Forças Armadas.

A forte ligação entre o governo varguista e a cúpula militar se dá definitivamente com a entrada do Brasil na guerra. Importante notar que os militares brasileiros sempre tiveram ligações com a Alemanha, antes da derrota na Primeira Guerra Mundial era para lá que se mandavam os alunos para aprenderem sobre táticas de guerra e durante o governo de Getúlio armamentos de artilharia, outro fator era que os EUA resistiam a entrega de armas já compradas pelo governo brasileiro, todo esse cenário beneficiando a simpatia da cúpula militar as potências do Eixo e não aos Aliados. Fausto (2012, p.211), explicita muito bem essa tênue relação entre Vargas e militares quanto a questão do rompimento com o Eixo: “[...] não obstante as reticências de Góis Monteiro e Dutra, o Brasil rompeu relações com o Eixo”.

Getúlio passou a sofrer grande pressão para deixar o cargo, mas conseguiu mantê-lo frente ao discurso de que era tempo de guerra e que com a chegada da paz deixaria o poder. A partir de 1944 os partidos começaram a se arrumar para as eleições que estariam por vir. A princípio sairia o Brigadeiro Eduardo Gomes, como tinha renome foi usado pelos liberais para aumentar o impulso à queda de Vargas, já que nem mesmo os militares estavam mais ao lado do presidente e com o tempo começou nascer a candidatura de Dutra do interior do governo.

A situação de Vargas se tornou insustentável no poder porque ficou sozinho, “percebendo a perda de sustentação do regime na cúpula militar, tratou de se apoiar mais amplamente nas massas populares” (id, ibid, 213). Entretanto não foi o suficiente, a situação de Getúlio estava completamente insustentável e sua estadia no poder era totalmente delicada. Em outubro de 1945 o presidente concorda com a sua saída e parte para São Borja.

A passagem da ditadura varguista para o modelo democrático não representou muita diferença já que:

A transição entre os dois regimes dependeu, assim, da iniciativa militar. Mais ainda, uma figura importante da *Revolução* de 30, que levara Getúlio ao poder – o general Góis Monteiro – tivera papel decisivo na sua deposição, quinze anos mais depois. Essas e outras circunstâncias fizeram com que a transição para o regime democrático representasse não uma ruptura com o passado, mas uma mudança de rumos, em meio a muitas continuidades. (id, ibid, p. 215)

O período da história nacional que começa em 1930, com a subida de Vargas ao poder a 1945, quando apeou do mesmo, foi a concretização dos militares no governo, ainda não na sua liderança, mas com grande influência e por trás de suas principais decisões. O que acontece no Brasil no ano de 1964 e teve continuação durante 21 anos foi apenas reflexo da experiência que as Forças Armadas tiveram de realmente influenciar as decisões político-econômicas do país, tanto é que a semelhança entre o modelo de desenvolvimento adotado por Vargas e o da ditadura de 64 é visível e não só este, mas alianças, como as com a Igreja Católica, o modelo do CSN foi repetido também, a importância dada à educação, sem contar o autoritarismo, marca dos dois regimes, o ambiente de guerra e dicotomia instalado no mundo contemporâneo de ambos.

São tantos aspectos que os unem, entretanto o principal que os separa é o populismo. Análises do governo varguista como uma ditadura, com repressão ativa, propaganda ideológica, torturas, assassinatos e todos os outros pontos que caracterizam a dos militares são raras devido a grande estima em que o povo ainda o tem. Getúlio se manteve no poder e até hoje é ovacionado por grande parte da população porque, diferente dos militares, trouxe o povo, na realidade como ninguém nunca o fez no Brasil, para *perto de si*, ele conquistou a confiança e se fez amado por ele através de variadas manobras de grande habilidade política.

EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Com o afastamento de Vargas do poder, quem assumiu o governo, por vias eleitorais, foi o candidato de Getúlio, o militar Dutra. Entretanto, é importante destacar que a campanha do vencedor simplesmente marcava passo e só teve reviravolta quando o ex-presidente declarou seu apoio a ele, provando assim a influência notória do líder do Estado Novo frente a população nacional.

O mandato do presidente Dutra teve como marca ideológica a mesma que vinha crescente no meio militar: a repulsa quanto ao comunismo. Tendência esta que estava em progresso desde 1917 com a vitória da Revolução Russa e com o findar da II Guerra Mundial por ocasião da dicotomia instalada devido a Guerra Fria. A prova clara da tendência liberal e anticomunista do presidente se deu com o decreto de ilegalidade do PCB, na época a terceira potência partidária nacional, e

também com a repressão aos movimentos sindicais, não só os que eram liderados pelos comunistas, sem contar com a cassação dos eleitos por esta legenda, incluindo Luís Carlos Prestes. Teixeira (1993, p.288), explicita muito bem dizendo que: “O fechamento do PCB em 1947 e a cassação dos seus parlamentares – inclusive o senador Luís Carlos Prestes – seria acompanhado de inúmeras medidas repressivas contra as reivindicações e greves dos trabalhadores”.

Após o mandato de Dutra o presidente Vargas volta ao poder, desta feita por vias eleitorais, nos braços do povo como havia prometido. Com o retorno de Getúlio a política nacional não viu muita diferença dos 15 anos passados em que ele esteve à frente da nação, entretanto as conjunturas externas eram muito mais complexas e diferentes.

A geopolítica mundial estava disposta em um maniqueísmo que antagonizava capitalismo e comunismo, estes expressos, respectivamente, entre EUA e URSS, fazendo com que todos os países que tivessem vistas ao mercado mundial alinhassem-se frente a uma das duas opções.

Dentro das Forças Armadas encontrava-se outra divisão ideológica marcada por nacionalistas e seus antônimos, os *entreguistas*. A primeira facção defendia uma política voltada para o nacional, distanciamento dos EUA e até mesmo oposição a este, também um investimento maior do Estado na industrialização do país, enquanto seu contraposto apoiava o alinhamento à nação líder do capitalismo mundial, a abertura da economia brasileira ao capital externo, ou seja, ao Liberalismo pregado pelos estadunidenses. Boris Fausto (2012, p. 225), simplifica dizendo:

No âmbito das Forças Armadas, uma divisão ideológica se cristalizava entre nacionalistas e seus adversários, chamados depreciativamente de ‘entreguistas’. Ela abrangia tanto os temas da política econômica interna quanto a posição do Brasil no quadro das relações internacionais.

E ele prossegue sublinhando que: “Um sintoma claro de que a tendência favorável ao alinhamento com os EUA ia-se tornando majoritária, no âmbito da oficialidade do Exército, foi a vitória dos adversários dos nacionalistas nas eleições para a diretoria do Clube Militar”. É importante destacar como justificativa para essa tendência às alianças com os estadunidenses, o que até então não era do feito

militar, o período de Guerra Fria que o mundo passava e, como já foi amplamente discutido neste trabalho, as corporações armadas tinham total aversão aos ideais igualitários difundidos pelos *vermelhos*, uma vez que temia a sublevação da ordem hierárquica.

O afastamento da cúpula militar de Getúlio se deu devido a ações já comuns a Vargas em outros tempos que não mais atendiam aos interesses das Forças Armadas agora, sendo uma das principais as reformas de bases, já que o governo varguista era assim conhecido e foi eleito justamente por essa face populista, era impossível abandonar a classe que o elegeu, sendo que com isto atraiu novamente ao cenário político os comunistas que Dutra tinha lançado na ilegalidade. Outras medidas foram as de: segurar o preço do café nas alturas a fim de levantar as finanças dos impostos por vias alfandegárias, ação essa que colocou o governo brasílico no foco da antipatia estadunidense, e, por fim, estabeleceu como ministro do trabalho João Goulart, este acusado de ser comunista e querer instalar no Brasil uma República Sindicalista.

O ambiente militar estava em efervescência, sendo o nome de oficiais importantes na história nacional como Juarez Távora cotados como líderes dos inimigos do governo. Boris Fausto (2012), em suas análises, trabalha com simplicidade e objetividade este fato:

Os nomes mais conhecidos (da liderança militar oposicionista) eram os de generais como Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes. Logo a força da jovem oficialidade iria revelar-se. O grau de efervescência nos meio militares pode ser medido pelo lançamento do chamado memorial dos coronéis do Exército, protestando contra o que consideravam a deterioração dos padrões materiais e morais do Exército.

Vargas sai do poder, desta feita morto. Ele se suicida no palácio do governo no dia 24 de agosto de 1954. Para que a situação chegasse a esse fim, que para a população brasileira foi trágico e causou grande comoção, os militares influenciaram bastante, foram peças cruciais para a pressão que estava sendo desferida sobre Getúlio. Além de todas as questões de diferenças ideológicas das Forças Armadas e o medo do comunismo a mesma permanecia fiel à constituição, entretanto com o atentado a Carlos Lacerda, em que acabou morto seu segurança, o major da

Aeronáutica, Rubens Vaz, afetou gravemente a estabilidade do poder de Vargas, já que o mandatário foi Gregório Fortunato, homem de confiança do governante.

A partir desse atentado começou a haver mais seriamente nos bastidores planos para a derrubada do governo varguistas e essa tomada com ampla participação militar. No dia 23 de agosto tornou-se límpido que não mais havia o apoio dos quartéis ao governo brasileiro, isso claro através de um manifesto lançado à nação, como demonstra B. Fausto (2012, p. 231): “Um manifesto à Nação assinado por 27 generais do Exército foi lançado nesse dia, exigindo a renúncia do presidente”.

O golpe se tornou impossível devido às pressões populares fortíssimas após o suicídio de Getúlio, uma vez que com a carta que ele deixou para a nação brasileira imputou aos seus adversários políticos, inclusive os militares, a causa da sua morte e como bom governante populista sua última manobra aproximou mais ainda a massa de si e a distanciou de seus opositores.

Como as eleições estavam marcadas para o ano de 1955, Café Filho, vice de Getúlio, assumiu e prosseguiu com o mandato, entretanto o ambiente de conspiração era notório e corriqueiro dentro dos quartéis e também dentro das estruturas federais. Entretanto em novembro de 1955 quem assumiu foi Carlos Luz devido a problemas de saúde do então presidente. Luz foi o presidente que menos exerceu o poder no Brasil, uma vez que foi tirado no dia 11 de novembro por ser acusado de favorecer aos partidários de um golpe militar, como muito bem explica Boris Fausto (2012, p. 232 - 233) “[...] acusado (Carlos Luz) de favorecer abertamente os partidários de um golpe militar. A partir daí ocorreu o chamado ‘golpe preventivo’, ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la”. O organizador desse *golpe preventivo* que tirou Carlos Luz do poder e colocou o presidente do Senado Nacional, Nereu Ramos, como presidente da República durante um curto período de tempo, dois meses, foi o general Lott.

Toda essa série de acontecimentos traz à claridade a divisão que existia dentro dos quartéis, uma vez que não era uníssono o clamor pelo golpe em que os militares assumiriam o poder da nação, principalmente com a queda de popularidade das corporações devido à morte de Getúlio.

A alta oficialidade militar defendia a constituição, só atacava o getulismo quando este tendia para um nacionalismo agressivo e dogmático, entretanto havia também a parte da oficialidade que não seguia a maioria e defendia que somente através de um golpe poderia haver uma limpeza das instituições e proteger o Brasil da república sindicalista, mas também existia um grupo que defendia o nacionalismo radical e até mesmo o próprio comunismo (FAUSTO, 2012).

Com a subida de Juscelino ao poder os ânimos das conspirações se acalmaram, já que estavam sem apoio da população por serem taxados como um dos culpados da pressão que acabou por vitimar o presidente populista, *pai dos pobres*, Getúlio Vargas, entretanto alguém ainda unia os militares com ameaça de instalar no Brasil a ditadura comunista, este alguém era o vice de Juscelino e o antigo ministro do trabalho de Vargas: João Goulart, Jango.

Durante e Era JK, os militares apoiaram o governo, já que dentro das Forças Armadas a maioria apoiava as ações do presidente, ações estas que estavam sob a orientação Desenvolvimentista. Como expoente na política cresceu o general Lott, que já havia apoiado a manutenção da constituição em 1955.

A última tentativa malsucedida de tomar o poder pelos militares se deu em 1961 por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Desta feita quem era o vice-presidente era João Goulart e ainda vivia-se o temor da república sindicalista e como Jango vinha da escola populista de Getúlio, mas não tinha o prestígio de Vargas, era tido como o homem que a implantaria no Brasil.

“A constituição não deixava dúvidas quanto à sucessão de Jânio; deveria assumir o vice-presidente João Goulart. Entretanto a posse ficou em suspenso diante da iniciativa de setores militares [...] João Goulart ficou proibido de voltar a solo nacional, uma vez que o mesmo estava na China Comunista” (FAUSTO, 2012, p. 243),

O golpe não se concretizou porque a cúpula militar não estava unânime e do Rio Grande do Sul foi organizado a resistência contra os golpistas, liderando a mesma o cunhado de João Goulart, o governador do estado Leonel Brizola. Fausto (2012, p. 243), narra com clareza a importância de Brizola para a resistência de 1961:

Brizola contribuiu para a organização do esquema militar de resistência e promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. Quando o ministro da Marinha anunciou o envio de uma força naval para o Sul, Brizola ameaçou bloquear a entrada de Porto Alegre, afundando vários navios.

Por fim o congresso aceita a volta de João Goulart, entretanto ele assume sob o regime parlamentarista, imposição militar, deste modo limitando seus poderes e impedindo que ele pudesse instalar no Brasil a República Sindicalista tão temida pelas Forças Armadas e a elite econômica nacional. Durante todo o mandato de Jango a tensão e as conspirações foram crescentes e acabaram por desaguar no dia 01 de Abril de 1964.

CONCLUSÃO

O Brasil passou por 21 anos de governo liderado pelos militares, tempo este que começou no dia primeiro de abril de 1964, mas não foi a partir dessa data que as Forças Armadas se tornaram ativas na política nacional. Desde a Proclamação da República, no século XIX ainda, que os quartéis se tornaram parte integrante da preocupação dos governantes, pois do contrário seriam capaz, como foram, de derrubar governos.

Com a Escola Militar da Praia Vermelha e o positivismo pregado por Benjamin Constant a ideia de *soldado-cidadão* se difundiu no meio militar, mesmo depois, com a chegada da noção de *soldado-profissional*, não foi possível suplantar completamente a doutrina que prezava pela participação política dos arregimentados.

Durante o movimento Tenentista e a Era Vargas mostrou-se toda a força das influências dos militares dentro da política, principalmente com Getúlio as Forças Armadas tomaram importância ímpar, o que lhes deu poder para que em 1964, já com experiência, tomassem o poder e o mantivessem até 1985.

REFERÊNCIAS

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIRIO, Maud. **A Política nos Quartéis: Revoltas e Protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MOCELLIN, Renato. **História crítica da nação brasileira.** 5.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1987.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é socialismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Global, 1993.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930, a Dominação Oculta.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Artigo recebido em: 12/08/2014

Artigo aprovado em: 18/05/2015